

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

AGOE realizada em 17 de abril de 2020, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019 no valor de R\$199.114, cabendo ao Estado de Minas Gerais o montante total de R\$199.112, e à MGI, o montante de R\$2. Já havia sido distribuído no decorrer do ano R\$27.236 através de distribuição de dividendos intercalares. Em 4 de novembro de 2020, na 76ª Reunião de Diretoria, foi deliberado pelo pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$106.579, referentes aos resultados do período findo em 30 de junho de 2020, aprovados na 36ª Reunião do Conselho de Administração. Coube ao Estado de Minas Gerais, detentor de 205.219 ações, o montante de R\$106.578 e à MGI, detentora de 2 ações, coube o montante de R\$1. Foi deliberado na 82ª Reunião de Diretoria, realizada em 1º de dezembro de 2020, o pagamento de dividendos intermediários baseados no saldo de reserva de retenção de lucros até o período. Foram distribuídos o montante de R\$191.999, sendo que o Estado de Minas Gerais, detentor de 205.219 ações, teve direito ao saldo de R\$191.997, enquanto que a MGI, detentora de 2 ações, teve direito ao saldo de R\$2. (f) **Ajuste de avaliação patrimonial:** O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$34.167 em 31 de dezembro de 2020 (R\$13.951 em 31 de dezembro de 2019) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas - nota 14.2 - e dos investimentos mensurados a VJORA - nota 14.1.

24. Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita - SCP (i)	-	-	763.812	1.103.855
Arrendamentos (ii)	27.918	29.154	27.921	29.157
Receita com vendas, serviços e locações	17.060	28.643	17.942	29.888
Receita bruta	44.978	57.797	809.675	1.162.900
Impostos	(4.819)	(6.004)	(4.907)	(6.393)
Receita líquida	40.159	51.793	804.768	1.156.507
(i) Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:				
Resultado da SCP	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas	7.042.612	8.760.355	-	-
Devoluções e deduções de receita de vendas	(67.186)	(139.487)	-	-
Receita líquida de vendas	6.975.426	8.620.868	-	-
Custo de vendas	(1.137.948)	(1.473.997)	-	-
Margem bruta nas vendas	5.837.478	7.146.871	-	-
Despesas estruturais	(1.436.044)	(619.109)	-	-
Outras receitas operacionais	57.092	47.276	-	-
Lucro operacional	4.458.526	6.575.038	-	-
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	731.995	105.165	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	5.190.521	6.680.203	-	-
Participação de 25% da Companhia	1.297.630	1.670.051	-	-
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizadas pela CBMM	(103.199)	(6.018)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente - SCP	(425.451)	(567.067)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.168)	6.889	-	-
Receita - SCP	763.812	1.103.855	-	-

Considerando que o Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 17). (ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas, pela realização de eventos.

25. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(51.030)	(46.968)	(55.127)	(51.190)
Encargos sociais	(9.897)	(9.871)	(9.897)	(9.871)
Despesas de uso e consumo	(6.183)	(6.626)	(7.905)	(8.700)
Serviços de apoio e limpeza	(26.898)	(26.302)	(29.027)	(28.715)
Serviços de consultoria e auditoria	(8.255)	(5.233)	(9.871)	(9.887)
Serviços de engenharia e manutenção	(10.821)	(14.591)	(11.853)	(15.789)
Serviços de vigilância	(4.793)	(4.370)	(5.961)	(5.916)
Serviços de informática	(5.327)	(5.281)	(5.370)	(5.447)
Publicidade e patrocínio	(1.832)	(2.565)	(1.832)	(2.755)
Despesas tributárias (i)	(2.322)	(12.255)	(3.530)	(13.467)
Depreciação e amortização	(8.084)	(8.406)	(14.124)	(14.458)
Perda por redução ao valor recuperável (ii)	(26.965)	(108.203)	(26.965)	(109.638)
Provisão para contingências (iii)	(4.284)	(25.161)	(9.278)	(40.143)
Outras	(2.341)	(9.518)	(3.211)	(9.738)
	(169.032)	(285.350)	(193.951)	(325.738)

(i) Valor de 2019 decorre do reconhecimento do IPTU devido sobre o imóvel denominado Expominas BH. A Codemge regularizou em fevereiro de 2019 a situação do imóvel do Expominas BH que já havia sido transferido ao Grupo por integralização de capital em 2003. Tal registro encontrava-se pendente por necessidade de regularização territorial do imóvel. Considerando a característica do Estado de Minas Gerais de imunidade tributária, o imóvel não era objeto de IPTU, contudo, no momento da transferência da escritura a Prefeitura de Belo Horizonte lançou a dívida de IPTU devida dos últimos 5 exercícios no montante de R\$8.806 à Codemge, integralmente paga no ano de 2019. (ii) Valor de 2019 refere-se às despesas de impairment realizadas naquele exercício, sendo elas: 1) das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, de propriedade da Fundação João Pinheiro e cedida à Codemge para execução do projeto P7 Criativo no montante de R\$45.468. Até que se consiga demonstrar tal recuperabilidade, os dispêndios da Companhia para a conclusão das obras serão capitalizados e imediatamente provisionados para perda. Para maiores informações, vide nota 15; 2) decorridas de intenção de doação de terrenos para o Estado de Minas Gerais, quais sejam: de terreno desapropriado no entorno da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais ("CAEMG") uma vez que parte substancial deste terreno foi utilizada para construção da alça do túnel e do túnel de acesso à CAEMG, cuja regularização cartorial ainda encontra-se pendente, de modo que o mesmo está registrado no grupo imobilizado em andamento. O valor do custo de desapropriação deste terreno foi de R\$39.294; e de terreno no bairro Bonsucesso, Belo Hori-

zonte - MG, cujo custo foi de R\$21.862. Para maiores informações, vide nota 15; 3) de terreno localizado em Ribeirão das Neves, do qual a administração aprovou sua doação ao Estado de Minas Gerais, considerando que o mesmo já possui edificações e encontra-se ocupado por órgãos públicos do Estado. Tal terreno se encontra classificado em Estoque de imóveis a comercializar, e teve como impacto de impairment o montante de R\$1.620. Valor de 2020 refere-se à despesa de R\$24.376 de impairment do LabFabTR conforme valuation para a venda do empreendimento. (iii) No 1º trimestre de 2019 foi constituída provisão para contingência no valor de R\$22.275 devido a alteração da probabilidade de perda em processo de época de regresso de desapropriação em que a parte adversa é a empresa Cimento Tupi S.A. Em épocas passadas o Estado de MG

26. Gastos com desenvolvimento:

	Valor do convênio	Valor total repassado até 2020	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Convênio 4833 - SESI	2.942	2.942	-	755	-	755
Convênio 5207 - SETOP-MG	2.500	2.500	-	1.930	-	1.930
Convênio 5342 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	3.155	3.155	-	1.614	-	1.614
Convênio 5449 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	8.000	6.000	-	6.000	-
Convênio 5454 - Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena	800	800	-	400	-	400
Convênio 5455 - Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio	800	800	-	400	-	400
Convênio 5463 - Prefeitura Municipal de Caratinga	800	800	-	400	-	400
Convênio 10337 - Prefeitura Municipal de Juruaia	400	400	-	200	-	200
Convênio 10347 - Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	800	800	400	-	400	-
Convênio 10348 - Prefeitura Municipal de Campo Belo	800	800	400	-	400	-
Convênio 10354 - Prefeitura Municipal de Ipanema	800	800	-	400	-	400
Convênio 10361 - Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde	7.500	7.500	-	2.250	-	2.250
Convênio 10362 - Prefeitura Municipal de Perdões	800	800	400	-	400	-
Convênio 10368 - Polícia Militar de Minas Gerais	2.553	1.418	305	477	483	715
Convênio 10610 - Codemge x SESI	500	500	-	500	-	500
Convênio 10823 - Convênio Semana Int Café 2019	1.146	800	-	800	-	800
Convênio 10888 - SEINFRA e Município de Itapeva	215	202	202	-	202	-
Convênio 10971 - Convênio Sistema BIM	1.830	506	506	-	506	-
Convênio 10972 - Convênio Trecho Januária MGC479	2.479	1.172	1.172	-	1.172	-
Convênio 10991 - Obra acesso DI Jacutinga	4.000	4.000	-	-	4.000	-
Convênio 11016 - Obra Poços de Caldas	12.060	12.060	-	-	12.060	-
Convênio 11037 - COPASA - Adutora LABFAB	500	500	-	-	500	-
Convênio 11065 - Sebrae-MG - Programa Sebraetec	10.000	6.000	6.000	-	6.000	-
Termo de cooperação - Hospital de Campanha Expominas BH	-	2.499	2.499	-	2.499	-
	67.380	59.754	34.444	10.126	34.622	10.364

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Parcerias	(7.403)	(10.311)	(7.403)	(10.311)
Recuperações de taxas e despesas (i)	9.111	20.655	9.211	20.656
Reversão de impairment (ii)	-	-	-	2.206
Perda de recebíveis (iii)	(3.022)	-	(3.022)	-
Outras	(1.231)	(1.059)	(1.250)	8.008
	(2.545)	9.285	(2.464)	20.559

(i) A Codemge, conforme apresentado na nota 26, celebra convênios com diversos órgãos do governo, sejam eles do governo estadual ou municipal. Caso os convênios não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemge, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente. (ii) Decorre da reversão de impairment na IAS (RS3.037) e na Helibrás (RS2.332) derivadas da melhora no cenário econômico do valuation realizado em 2019. Além disso, em 2019 foi ainda reconhecida uma perda de R\$3.163 referente a baixa dos custos de transação capitalizados do IPO, não realizado. (iii) Em 2020, após negociação com a Mosaic Fertilizantes, a administração identificou um debalçamento econômico no contrato de arrendamento de sua mina de fosfato, optou pela baixa do saldo a receber derivado do mínimo contratual em aberto e está atualmente renegotiando as cláusulas do seu contrato com a arrendatária.

28. Resultado financeiro: O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como o benchmark o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas enquanto o recebimento do arrendamento foi atrelado à moeda americana, dólar, de maneira que a oscilação do valor do real perante tal moeda impacta diretamente nas receitas ou despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	10.178	15.030	29.310	43.905
Variação monetária ativa	536	14.136	5.518	7.939
Outras	608	2.549	608	2.549
	11.322	31.715	35.436	54.393
Despesas				
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	(628)	-	(800)	-
Variação monetária passiva	(247)	(259)	(5.755)	(8.110)
Outras	(320)	(536)	(753)	(1.254)
	(1.195)	(795)	(7.308)	(9.364)
	10.127	30.920	28.128	45.029

29. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia e suas controladas apresentaram prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

desapropriou um imóvel e não deu quitação do valor concordado pela desapropriação. Posteriormente, esse mesmo imóvel desapropriado, já de propriedade do Estado, foi integralizado ao capital social da CDI, empresa incorporada pela Codemig, e a Codemig, posteriormente, vendeu esse mesmo imóvel à Cimento Tupi. A empresa desapropriada conseguiu na justiça que a Cimento Tupi se responsabilizasse pela quitação da dívida de desapropriação, e a Cimento Tupi, por sua vez, acionou a Codemig a se responsabilizar quanto à essa mesma indenização. Considerando o Termo de Indenização e Outras Avenças, a Codemig assumiu tal ônus em nome da Codemig. O valor provisionado é o valor acordado entre as partes da ação, corrigido monetariamente até a data do acordo, e integralmente pago em 2019.

Valores desembolsados até

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exerce. de operações descontinuadas	226.407	389.552	598.715	885.237
IR e CS às alíquotas nominais (34%)	(76.978)	(131.038)	(203.563)	(299.571)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	-	259.696	375.311
Resultado com participações societárias	129.928	201.630	(1.069)	(257)
Exclusões (adições) permanentes e temporárias, líquidas	(7.904)	(41.066)	(7.553)	(45.376)
Ativo diferido não registrado (i)	(45.046)	(29.526)	(47.587)	(30.643)
IR e CS às alíquotas efetivas	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,06%

(i) Atualmente a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos por não verificar uma perspectiva de lucro fiscal nos exercícios seguintes, conforme mencionado na nota 2.7 (a). Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% (alíquota tributária vigente) do prejuízo fiscal apurado, conforme regra do benefício fiscal vigente.

30. Lucro por ação: Básico e diluído: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem manteve ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	226.407	389.552	598.715	885.237
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	205.221	205.221	205.221	205.221
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	1.103,24	1.898,21	1.103,24	1.898,21

Operações continuadas

Lucro atribuível aos acionistas da Companhia

Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação

Lucro básico e diluído por ação (em reais)

Operações descontinuadas

Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia

Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação

Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)

31. Eventos subsequentes: (a) Mudança de membros da Administração e Conselho: Após a data base dessas demonstrações, houve troca de dois membros do Conselho de Administração do Grupo. Os senhores Claudio Pinho e Gilmar Carrara foram substituídos provisoriamente pelos senhores Guilherme Augusto de Faria e Alcécia Bicalho. Na mesma ocasião, também foi aprovado pelo Conselho de Administração a destituição do membro do Comitê de Auditoria Estatutário Ledomiro Braga da Silva e eleição do senhor Enio de Melo Coradi em sua substituição. Além do Conselho, o Diretor Administrativo da Companhia, Marco Antônio Villela, também se desligou da Companhia, sendo nomeado para o cargo o senhor Rodrigo Mesquita. O Grupo Codemig agradece aos ex-membros de sua Governança pelos serviços prestados. (b) **Dividendos:** Em reuniões da Diretoria da Codemig de 5 de janeiro, 26 de janeiro e 22 de fevereiro de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares com base nos resultados de novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021, respectivamente, no montante acumulado de R\$310.316. O acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais nessas datas, teve direito à R\$152.055. (c) **Contratação do BDMG pelo Estado de Minas Gerais:** O Estado de Minas Gerais contratou o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG como assessor financeiro para os assuntos de desinvestimento de determinados ativos do Grupo definidos pelo Conselho Mineiro de Desestatização - CMD.

Diretoria		Membros do Conselho de Administração		Responsável Técnico	
Fabio Amorim da Rocha Diretor-Presidente	Tadeu Barreto Guimarães Diretor de Finanças e Investimentos	José Randolfo Rezende Sant'Ana Diretor de Patrimônio	Renato de Souza Costa Diretor de Mineração, Energia e Infraestrutura	Rodrigo Montenegro Mesquita Diretor de Administração	Guilherme Teixeira Régis CRC MG 109.237/O-6
Paulo Antônio Spencer Uebel - Presidente	Fábio Amorim da Rocha	Helger Marra Lopes	Wagner de Freitas Oliveira	Guilherme Augusto Duarte de Faria	Marcus Leonardo Silberman

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2020, sem ressalvas.

Ênfase: Transações com partes relacionadas: Chamamos a atenção para as notas explicativas 1(c) e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 373.659 mil (R\$ 538.219 mil em 2019). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo